

**DECLARAÇÃO EM NOME DOS PARTICIPANTES DO**  
**FÓRUM DE ONG**  
**NA ABERTURA OFICIAL DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DA**  
**COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E**  
**DOS POVOS**  
**AOS 12 DE MAIO DE 2010**  
**LAICO HOTEL, BANJUL, GÂMBIA**

Ex.mo Sr. Procurador-Geral da República e Secretário de Estado da Justiça da República da Gâmbia;

Sua Excelência Comissária Julia Joiner, Departamento de Assuntos Políticos, Comissão da União Africana (DPA/AUC);

Sua Excelência, Sra. D. Reine Alapini Gansou, Presidente da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;

Suas Excelências, Sr. Vice-Presidente e Membros da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;

Meritíssimo Juiz do Tribunal Supremo da República da Gâmbia;

Sua Excelência Sr. Mahamane Cisse Gouro, Representante Especial do Alto Comissariado para os Direitos Humanos,

Sr. Patrice Vahard, assessor sênior para os direitos humanos, Gabinete das Nações Unidas na África Ocidental;

Suas Excelências membros do Corpo Diplomático e Consular;

Distintos Membros do Conselho Governativo do Centro Africano para os Estudos da Democracia e Direitos Humanos (ACDHRS);

Distintos membros do Comité Organizativo do Fórum de ONG;

Ilustres Secretários de Estado;

Distintos representantes de Estado;

Venerandos chefes religiosos e tradicionais;

Representantes das Instituições Nacionais de Direitos Humanos;

Representantes de ONG Nacionais e Internacionais;

Representantes da Comunicação social;

Distintas Senhoras e Senhores:

Foram observadas todos preceitos diplomáticos.

A Comunidade Africana dos Direitos Humanos encontra-se de novo reunida para mais uma sessão da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP). Como membro do Comité de Organização do Fórum de ONG, tenho o privilégio de estar perante esta augusta assembleia com a responsabilidade de proceder à apresentação de uma declaração em nome dos meus colegas do Fórum respeitante à participação na 47ª Sessão Ordinária da CADHP.

Gostaria, por conseguinte, e em nome dos participantes do Fórum de ONG, e também em meu nome pessoal, de **agradecer à Presidente da Comissão Africana** por nos ter concedido esta oportunidade.

Suas Excelências, Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

Permitam-me que de imediato possa exprimir a nossa **gratidão** ao governo e ao povo da Gâmbia pela hospitalidade demonstrada, facilitando as actividades da 47ª Sessão Ordinária, e reiterar o apreço do Fórum de ONG pelo acolhimento caloroso que continua a ser dispensado aos seus membros desde a chegada à Gâmbia.

Suas Excelências, Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

Como tem sido tradição, o **Fórum de ONG** realizou-se três dias antes do início da Sessão da Comissão. Conforme o habitual, foi extraordinário o número de pessoas que compareceu ao evento, tendo os debates decorrido de forma objectiva e profissional, dando lugar a resultados dignos de louvor. Mais de 164 representantes provenientes de 30 países africanos tomaram parte no encontro, incluindo 21 participantes da Europa, Estados Unidos e América

Latina.

O Fórum reconheceu que embora a situação dos direitos humanos e da democracia continue a deparar com desafios conducentes à violência, insegurança e conflitos, foi feito algum **progresso palpável e positivo** num bom número de países africanos. Entre outros exemplos, cite-se o espírito de boa vontade e cooperação do Governo do Quênia no âmbito da aplicação das recomendações da Comissão Africana relacionadas com o Povo Endorois, e a crescente tendência para uma colaboração entre actores estatais e não estatais envolvidos em questões de direitos humanos em África.

Proceder-se-á à entrega, para a gentil consideração do vosso distinto organismo, o relatório completo do Fórum, juntamente com as resoluções e recomendações adoptadas, constituindo ambos a nossa contribuição para as vossas deliberações no decurso da 47 Sessão.

Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

Queiram ter a gentileza de escutar os pontos de destaque das referidas deliberações.

O Fórum gostaria de chamar a vossa atenção para uma série de incidentes ocorridos nos últimos meses e que suscitaram a preocupação dos participantes, em particular no Burundi, Camarões, RDC, Etiópia, Guiné, Níger, Ruanda, Somália, Sudão, Uganda e Zimbabué. Todos os detalhes constam das resoluções e recomendações que emanaram do Fórum.

A menção de nomes não se destina a envergonhar os visados, constituindo antes um apelo à tomada de medidas tendo em vista lidar com a potencial deterioração do cumprimento dos direitos humanos.

No **Burundi, Malawi, Ruanda e Uganda** há notícias de um aumento de casos de intimidação, assédio e ataques homofóbicos contra pessoas de diferentes orientações sexuais. O acesso à justiça é mínimo ou inexistente. Grupos como o LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) e o HRD (Defensores dos Direitos Humanos) são particularmente visados pelos actos de violência.

Como consequência disso, desejaríamos de reiterar o nosso pedido à **Comissão Africana para que considere a realização de missões de apuramento de factos a esses países** a fim de se determinar a veracidade

dessas notícias, e a adoptar uma resolução condenando publicamente todas as violações das leis internacionais de direitos humanos e do direito internacional perpetradas por todas as partes envolvidas nos demais conflitos em África, e a trabalhar com a União Africana na solução dos mesmos.

Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

Não há dúvida de que as violações que caracterizam os países acima mencionados já mostram sinais de alerta para uma deterioração do sistema. Para além de instarmos os Estados a respeitarem os seus compromissos internacionais, regionais e nacionais, **apelamos ainda à Comissão Africana a investigar todas as situações** tendo em vista propor a aplicação de medidas concretas visando assegurar a resolução desses conflitos.

Para além do mais, notou-se que a supressão da **liberdade de expressão, opinião, reunião e imprensa** estava a tornar-se a regra e não a excepção, o que continua, por conseguinte, a ser motivo de preocupação no nosso continente. Há ainda a registar a formulação de leis draconianas, a ocorrência de casos de assédio, intimidação, matanças e detenções arbitrárias. A este respeito, o Fórum solicita à Comissão Africana que preste particular atenção à situação em Angola, Burundi, República Centro-Africana, RDC, Etiópia, Gâmbia, Eritreia, Nigéria, Senegal, Somália, Sudão, Suazilândia, Tunísia e Zimbabué. Por conseguinte, solicitamos à Comissão Africana que expresse a sua solidariedade para com todos os jornalistas sujeitos a perseguições extremas e a inste os Estados a abolirem leis repressivas e a assegurar um ambiente conducente à protecção dos jornalistas em África.

Suas Excelências, Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

Embora a situação dos **Defensores dos Direitos Humanos (HRD)** no continente continue a ser precária, sentimo-nos sensibilizados pelos passos dados pela Comissão Africana para se lidar com esse desafio. O Fórum insta, no entanto, a Comissão Africana a considerar a preparação de resoluções relacionadas com os Camarões, RDC e Ruanda no âmbito das circunstâncias prevalentes no seio dos HRD, e insta os Estados a aplicar as resoluções das Nações Unidas referentes aos HRD.

O Fórum deseja manifestar a sua satisfação pelo trabalho que tem vindo a levar

a cabo junto dos mecanismos da Comissão Africana, e insta a União Africana a **proporcionar recursos suficientes para a manutenção de todos os seus mecanismos** a fim de se assegurar que tenham um maior impacto.

Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

Do mesmo modo, gostaríamos de reiterar o facto de um maior número de **migrantes, refugiados e de pessoas deslocadas internamente** em África ter sido forçado a abandonar os seus lares, o que resultou na desorganização total das suas vidas devido à insegurança e à existência de conflitos. Para além de aplaudirmos a adopção da Convenção da União Africana sobre a protecção de refugiados e pessoas deslocadas internamente, que teve lugar em Entebbe, Uganda, de 22 a 23 de Outubro de 2009, o Fórum espera sinceramente que os Estados ratifiquem e apliquem rapidamente essa convenção. Espera-se que uma tal medida venha a mitigar o sofrimento de milhões de refugiados e de pessoas deslocadas internamente em África.

Não é por demais sublinhar a necessidade de se conceder **protecção especial aos idosos, às pessoas com deficiências** e em **particular às mulheres e raparigas** que muitas vezes estão expostas a abusos como resultado da falta de segurança. Todavia, propôs-se que o grupo de trabalho criado para as pessoas idosas e deficientes deveria actuar em separado por estas serem questões conceptual e normativamente diferentes. Tendo reiterado que as deficiências físicas não são sinónimo de incapacidade, acredita-se que uma medida nesse sentido permitiria uma intervenção mais centralizada no âmbito dessas mesmas questões por parte da Comissão Africana.

A situação deplorável das **populações indígenas** mereceu igualmente a atenção do Fórum. Ficou acordado que o aumento da exploração das terras pertencentes a essas populações assim como a vulnerabilidade a que estão expostas eram assuntos que careciam de uma maior atenção.

Consequentemente, o Fórum gostaria de solicitar à Comissão Africana que efectue consultas regionais sistemáticas por intermédio do seu Grupo de Trabalho para as Populações Indígenas e a considerar a criação de um mecanismo, designando um Relator Especial para as Populações Indígenas.

O Fórum congratula a Comissão Africana por ter alterado o nome do Grupo de Trabalho para as Directivas da Ilha de Robben para **‘Comité de Prevenção da Tortura em África’** em conformidade com mandatos regionais e internacionais semelhantes. Tendo notado a existência de desafios quanto à manutenção de prisões e locais de detenção, e relativamente ao uso da **tortura**

em alguns Estados, o Fórum solicita à Comissão Africana que inste os Estados a ratificar e a aplicar a Convenção contra a Tortura e o respectivo Protocolo Facultativo visando proibir a tortura e acelerar a criação de Mecanismos Nacionais de Prevenção e, por conseguinte, a contribuir para a monitorização sistemática de prisões e locais de detenção assim como o uso da tortura.

Foi igualmente reiterada a necessidade dos Estados condenarem a pena de morte e a empenharem-se na sua abolição.

Suas Excelências, Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

Passou-se igualmente em revista a contínua dilapidação dos **recursos naturais** do continente africano assim como a deterioração do **ambiente** como resultado da falta de transparência dos investimentos efectuados e das políticas empresariais. Embora a Comissão Africana tenha sido elogiada por ter criado um grupo de trabalho versando este tema, tornou-se necessário considerar a formulação de mecanismos destinados a proteger o continente africano das diversas formas de exploração.

Durante a presente sessão deu-se proeminência às dimensões dos direitos humanos no âmbito das **mudanças climáticas**. Foi desolador constatar que as comunidades e os grupos que são menos responsáveis por esse fenómeno, continuam a ser os mais afectados. Congratulamos a Comissão Africana por ter criado um grupo de trabalho sobre esta questão, desejando no entanto instar ambos a realçar a necessidade do reconhecimento da ligação entre direitos humanos e mudanças climáticas. Considerando ser imperativa uma abordagem multifacetada, não é por demais sublinhar a obrigação dos Estados detentores de recursos em cumprir com as suas obrigações tendo em vista a mitigação das mudanças climáticas.

Os **despejos forçados** constituem uma violação dos direitos humanos, negando às vítimas o acesso aos seus direitos básicos. Os participantes chamaram a atenção para a situação desesperada das pessoas que foram sujeitas a acções de despejo na Nigéria, tendo reiterado a importância de se reforçarem os direitos socioeconómicos e culturais assim como assegurar que às vítimas sejam concedidas formas adequadas de segurança e compensação.

Numa tentativa de se apoiar o **reforço da justiça internacional**, o Fórum dá o seu total aval aos princípios de Responsabilidade de Protecção dos Estados, e volta a solicitar à Comissão Africana que inste os Estados Membros a colaborarem plenamente com o Tribunal Criminal Internacional no sentido de

se impedir a ocorrência de atrocidades em África.

Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

O Fórum voltou a sublinhar a necessidade de se proceder à distribuição massiva de documentos, especialmente os que emanam da União Africana e da Comissão Africana, a fim de se assegurar que as mensagens neles contidas cheguem às populações africanas. A importância da **educação em matéria de direitos humanos** foi igualmente sublinhada tendo os representantes do Fórum voltado a empenhar-se nos trabalhos para se atingir esse objectivo.

O Fórum gostaria de encorajar uma maior colaboração e a realização de acções conjuntas entre as instituições da União Africana, especialmente a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o **Comité Africano de Peritos de Direitos e Bem-estar da Criança**. Para além de instarmos a Comissão Africana a afirmar de forma clara que a violência contra as crianças constitui uma violação dos direitos humanos, realçamos a necessidade de um aumento dos investimentos na educação, e de se dar prioridade ao direito à educação por serem cruciais ao desenvolvimento das crianças.

O Fórum gostaria de chamar a atenção da Comissão Africana para a questão da **cidadania e da nacionalidade**, mormente o facto de que um grande número de grupos em África está cada vez mais a ser classificado de apátrida. Este fenómeno afecta migrantes, refugiados, pessoas em busca de asilo e pessoas deslocadas internamente, para não mencionar o vasto número de mulheres e crianças que são traficadas através das nossas frágeis fronteiras. A Comissão Africana é, por este meio, solicitada a realizar missões de apuramento de factos relativamente à questão em apreço numa tentativa de se conceber uma estratégia de mitigação.

Suas Excelências, Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

Em nome de todos os participantes, desejaria uma vez mais de **congratular a Comissão** e Sua Excelência a Sra. Presidente pelo grande número de missões e sucessos registados durante o último intervalo entre sessões. Gostaríamos de reiterar a prontidão da comunidade de ONG em trabalhar com a Comissão e os seus mecanismos na realização dos respectivos mandatos.

Permita-me, Sra. Presidente, que **manifeste a nossa profunda gratidão à**

**Comissão Africana** pela colaboração e apoio dispensados no âmbito da organização e facilitação do Fórum de ONG. Gostaríamos ainda, por seu intermédio, de manifestar o nosso apreço ao Secretariado da Comissão Africana e em particular à Secretária e aos juristas pelo interesse e apoio contínuo usufruídos pela comunidade de ONG, especialmente as organizações com estatuto de observador. Continuaremos a instar um maior número de membros da grande comunidade de ONG a solicitar a concessão do estatuto de observador e desta forma poderem desempenhar o papel que lhes cabe e a beneficiar do acesso que lhes é proporcionado a nível desta grande instituição.

O Fórum **congratula o Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR), em particular o Gabinete da África Oriental, por ter, de início, facilitado a concepção de uma estratégia de direitos humanos para África.** Embora o processo esteja agora a cargo do DPA/AUC, o Fórum compromete-se a dar o seu apoio e empenho no âmbito dessa colaboração.

Para além dos mais, os participantes notaram com satisfação a iniciativa do DPA/AUC e do OHCHR quanto à operacionalização e aplicação do projecto de capacitação de 10 anos. O Fórum manifesta o seu apreço pela organização da conferência que recentemente teve lugar, subordinada ao tema ‘Valorizando a cooperação entre sistemas e mecanismos regionais e internacionais de direitos humanos’. Num espírito de verdadeira parceria, as ONG felicitam-se por terem estado envolvidas nesse processo, e instam todos os parceiros a consolidar esforços no sentido de se edificarem e susterm ligações no âmbito dos direitos humanos em África.

No âmbito desse quadro de cooperação, o Fórum deseja solicitar à Comissão Africana que inste os Estados a cooperar na operacionalização do seu empenho relativamente ao Relatório Universal de Revisão Periódica (UPR). Propôs-se a necessidade de se colherem ensinamentos no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (APRM).

Suas Excelências, Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

Os participantes ao Fórum de ONG notaram com satisfação a elaboração da Arquitectura de Governança Africana e a decisão criteriosa em subordinar a Cimeira da UA, a ter lugar em Janeiro de 2010, ao tema “Valores Partilhados”. Este processo inclui a formulação e a eventual adopção de uma estratégia de direitos humanos para África, assim como a ratificação e entrada em vigor da

Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança (ACDEG). A falta de independência dos sistemas eleitorais fez com que as eleições em África se transformem em crescente fonte de conflito. Impelidos pela natureza da ACDEG, os participantes empenharam-se em dar o seu apoio consequente ao DPA/AUC no âmbito da campanha para uma rápida ratificação e aplicação da referida carta.

Tendo aplaudido o DPA/AUC por essa iniciativa, os participantes manifestaram apreço pelo seu envolvimento nesse processo, tendo-se comprometido a apoiar esse departamento à medida que conduz o processo, garantindo a sua prontidão em contribuir, como aliás tem sido norma. A AUC é ainda instada a colaborar com outros grupos e instituições na aplicação desse mandato.

O Fórum fez ainda notar a ratificação por parte dos Estados de um grande número de instrumentos africanos e internacionais, o que é de louvar. Todavia, **permanece a necessidade da harmonização e aplicação desses tratados a nível nacional** de modo a maximizar-se o seu impacto. Consequentemente, desejaríamos de apelar aos Estados que ainda o não fizeram a proceder rapidamente à ratificação dos tratados pertinentes, permitindo assim a sua inevitável aplicação. Do mesmo modo, instamos os que já procederam a essa ratificação a assegurar que a harmonização venha a ter lugar para assim se acelerar a sua aplicação, dando por esse meio vida às respectivas disposições.

No mesmo espírito, desejamos **instar os estados a que ratifiquem e tomem medidas de forma expedita no sentido de se integrar e aplicar eficazmente os Estatutos de Roma.**

Distintas Senhoras e Distintos Senhores,

A entrada em vigor do Protocolo anexo à Carta Africana relativo aos Direitos das Mulheres em África continua a ser uma fonte de esperança para a promoção e protecção dos direitos humanos em África. Por conseguinte, congratulamos todos os 27 países que procederam à ratificação do Protocolo, desejando fervorosamente que ratificações universais por parte de outros Estados venham a dar lugar ao processo necessário para se pôr em marcha a igualdade do género nos nossos países. Ansiamos pelo lançamento da Década da Mulher Africana, pelo que nos interessa que seja feito progresso nesta importante área dos direitos humanos. O Fórum procedeu à revisão das ligações entre o HIV/SIDA e o Protocolo, e deseja reconhecer que a Violência Contra as Mulheres está devidamente abrangida no Protocolo. Torna-se

necessário considerar a criação de um mecanismo sobre o Direito à Saúde. Isto reveste-se de grande importância para as mulheres nesta fase difícil de violência e conflito, dado que estas questões acarretam graves consequências para as mulheres. Para além do mais, solicitamos que a Comissão Africana inste os Estados a operacionalizarem a Resolução 1325.

Os participantes ao Fórum reconheceram a falta de ímpeto na **aplicação da Declaração e Programa de Acção da Conferência Mundial contra o Racismo (WCAR), tendo instado** o OHCHR a renovar e a revitalizar a sua estratégia de acompanhamento do processo de aplicação do Programa de Acção.

A importância da gestão de informações e documentação sobre direitos humanos foi igualmente alvo de discussões, considerando que a qualidade dos nossos trabalhos depende em grande medida da organização eficiente de informações. O Fórum está empenhado na capacitação nesta área, e apela à Comissão Africana para tomar partido da oportunidade proporcionada pelos conhecimentos disponíveis a nível da sociedade civil.

Senhora Presidente, Distintos Comissários, Senhores Convidados, Senhores e Senhores,

Gostaria de concluir **reiterando a prontidão dos vossos parceiros, em particular as ONG com Estatuto de Observador**, em trabalhar com a Comissão Africana, complementando assim os vossos esforços no âmbito da promoção e protecção dos direitos humanos, boa governação e o Estado de direito em África.

Senhora Presidente,

Em nome dos participantes ao Fórum das ONG que tomaram parte nos trabalhos da 47ª Sessão da Comissão Africana, permita-me que lhe deseje a si e a todos os Comissários **deliberações frutuosas e uma sessão coroada de êxitos.**

Obrigado.